

## O PROBLEMA DA IMAGINAÇÃO SEMÂNTICA EM A METÁFORA VIVA DE PAUL RICOEUR

THE PROBLEM OF SEMANTIC IMAGINATION IN *THE LIVING METAPHOR* OF PAUL RICOEUR

Wanderley Martins da Cunha\*

### RESUMO

Este artigo visa explicitar os principais elementos de uma teoria semântica da imaginação que se pode obter da análise da investigação empreendida por Ricoeur em *A metáfora viva*. Assim, primeiramente, mostramos como o filósofo delimita o problema da inovação semântica e da referência metafórica, para em seguida evidenciar que é a partir da análise dessas duas questões que emerge a reflexão de Ricoeur acerca do estatuto da imaginação no âmbito da metáfora. A retomada da abordagem ricoeuriana sobre o fenômeno de inovação semântica que ocorre em enunciados metafóricos conduzir-nos-á — após a passagem pelo exame do momento “icônico” da metáfora — à soleira da concepção kantiana de imaginação produtiva, fazendo-se assim necessária uma tematização introdutória de alguns elementos da teoria kantiana da imaginação a fim de se compreender melhor a proposta ricoeuriana de um “esquematismo da atribuição metafórica”. Já a retomada do exame da relação entre metáfora e referência exigirá o acompanhamento da defesa que Paul Ricoeur faz da tese segundo a qual as expressões metafóricas não se limitam apenas a uma criação de sentido, baseada numa nova pertinência semântica, mas, em virtude da correspondência entre um ver-como no plano da linguagem e um ser-como no plano ontológico, contribuem também para uma redescrição da realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** metáfora; imaginação; inovação semântica; verdade metafórica; Paul Ricoeur.

### RESUMÉ

Cet article vise à examiner la théorie sémantique de l'imagination que Ricoeur élabore dans *La Métaphore vive*. Pour ce faire, dans un premier temps, nous montrons comment le philosophe délimite le problème de l'innovation sémantique et de la référence métaphorique. Ensuite, nous cherchons à montrer que c'est de l'analyse de ces deux questions que surgit la réflexion de Ricoeur sur le statut de l'imagination dans le champ de la métaphore. La reprise de l'approche ricoeurienne du phénomène d'innovation sémantique qui se produit dans les énoncés métaphoriques, elle nous conduira au seuil de la conception kantienne de l'imagination productive. Ainsi, une thématisation, même introductive, de certains éléments de la théorie kantienne de l'imagination est nécessaire afin de mieux comprendre la proposition de Ricoeur d'un “schématisation d'attribution métaphorique”. La reprise de l'examen du rapport entre métaphore et référence oblige à examiner la thèse de Ricoeur selon laquelle les expressions métaphoriques ne se limitent pas à la création de sens, fondée sur une nouvelle pertinence sémantique. Selon la perspective ricoeurienne, du fait de la correspondance entre un voir-comme au niveau du langage et un être-comme au niveau ontologique, un énoncé métaphorique contribue aussi à une redescription de la réalité.

**MOTS-CLEFS:** métaphore; imagination; innovation sémantique; vérité métaphorique; Paul Ricoeur.

---

\* Doutor em Filosofia pela PUC-SP. Mestre em Filosofia pela UFMG. Graduado em Filosofia pela PUC de Campinas-SP. E-mail: [wanderleymartinscunha@gmail.com](mailto:wanderleymartinscunha@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Na *Lectio magistralis* proferida na Universidade de Barcelona em 24 de abril de 2001, Paul Ricoeur, lançando um olhar retrospectivo sobre sua obra até então publicada, constata que nos anos 1970-1980, quando a linguagem tornara-se o foco do debate filosófico, sua preocupação se voltou para o aspecto criador da linguagem, isto é, para o que ele denominou de problema da imaginação semântica. Segundo o próprio autor nos informa, tal problema consistia essencialmente em responder à seguinte questão: como significações novas são formadas? A reflexão ricoeuriana sobre a problemática da criatividade linguística levou-o a talhar dois domínios bem delimitados no amplo campo do imaginário semântico. O primeiro domínio tem como elemento axial o processo de formação da linguagem poética na esteira das expressões metafóricas. Um segundo domínio gira em torno do exame do processo de formação da linguagem narrativa na esteira da linguística estrutural aplicada à narrativa (RICOEUR, 2002, p. 78). No *corpus* ricoeuriano, a abordagem do problema da imaginação semântica em cada um de seus domínios aparece respectivamente nos estudos que compõem *A metáfora viva*, publicada em 1973, e na trilogia que compõe *Tempo e narrativa*, cujos tomos foram publicados entre 1983 e 1985. Consideradas obras gêmeas por Ricoeur, cada uma delas enfoca uma das janelas abertas sobre o enigma da criatividade: a metáfora viva e a produção de um enredo (*mis en intrigue*). O presente artigo visa explicitar alguns elementos da teoria semântica da imaginação subjacente à investigação empreendida por Ricoeur em *A metáfora viva*.

Para realizar esse objetivo, em primeiro lugar, mostramos como o filósofo, servindo-se da teoria moderna da metáfora, elaborada em língua inglesa por I. A. Richards, Max Black, Monroe Beardsley, delimita o problema da inovação semântica e o da referência metafórica. Em seguida, procuramos evidenciar que é no horizonte da análise que Ricoeur efetua dessas duas questões que emerge a reflexão do filósofo acerca do estatuto da imaginação no âmbito da metáfora. A retomada da abordagem ricoeuriana sobre o fenômeno de inovação semântica que ocorre em enunciados metafóricos, tendo como pano de fundo a discussão acerca da necessidade de uma reformulação do caráter icônico da semelhança a fim de que a imaginação mesma se torne um momento propriamente semântico do enunciado metafórico, conduzir-nos-á — após a passagem pelo exame do momento “icônico” da metáfora — à soleira da concepção kantiana de imaginação produtiva. Diante disso, faz-se necessária uma tematização, mesmo que introdutória, de alguns elementos da teoria kantiana sobre a

imaginação, a fim de se compreender melhor a proposta ricoeuriana de um “esquematismo da atribuição metafórica”. Já a retomada do exame empreendido por Ricoeur da relação entre metáfora e referência exigirá o acompanhamento da defesa que ele faz da tese segundo a qual a suspensão da função referencial, na linguagem poética, é a condição negativa para o surgimento de um modo mais fundamental de referência. Na sequência, seremos conduzidos ao exame do modo como o filósofo demonstra que as expressões metafóricas não se limitam a uma criação de sentido, baseada numa nova pertinência semântica, mas, em virtude da correspondência entre um ver-como no plano da linguagem e um ser-como no plano ontológico, contribuem também para uma redescritção da realidade. Por fim, sintetizamos os principais elementos de uma teoria semântica da imaginação que podem ser extraídos das análises precedentes.

## **1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA INOVAÇÃO SEMÂNTICA E DA REFERÊNCIA METAFÓRICA**

No artigo *La métaphore et le problème central de l'herméneutique*, publicado em 1972, Ricoeur (1972, p. 93) apresenta o projeto de transportar sua teoria geral da interpretação dos textos, enquanto sequências longas de discurso, à metáfora, compreendida como “um poema em miniatura”. No referido artigo, Ricoeur assinala que, para quem deseja religar os problemas colocados à hermenêutica pela interpretação de textos e os problemas retóricos, semânticos e estilísticos apresentados pela metáfora, a primeira tarefa deve ser a de encontrar um terreno comum à teoria do texto e à teoria da metáfora. Apesar de os textos serem identificados a partir de um comprimento máximo (que pode ir de um parágrafo a um capítulo, a um livro ou até ao *corpus* de uma obra completa) e as metáforas, a partir de uma extensão mínima (palavra), para Ricoeur, ambos estão sob a égide do discurso. Contudo, um primeiro obstáculo se nos apresenta: a definição clássica de metáfora (transposição afetando os nomes) coloca-a numa categoria linguística menor que a frase e, portanto, num nível incompatível com o discurso<sup>1</sup> (RICOEUR, 1972, p. 97). No terceiro estudo de *A metáfora*

---

<sup>1</sup>De fato, já no primeiro estudo de *A metáfora viva* (Obs.: as referências à obra *La métaphore vive* serão feitas a partir da tradução brasileira publicada pela Ed. Loyola em 2000), Ricoeur constata que o exame que Aristóteles faz da metáfora, situando-a no cruzamento de duas disciplinas (retórica e poética), define-a sobre a base de uma semântica que toma a palavra ou o nome como unidade básica: “A metáfora é a transferência para uma coisa do nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para a o gênero, ou da espécie de uma para o gênero de outra, ou por analogia” (ARISTÓTELES *apud* RICOEUR, 2000, p. 24). Examinando mais de perto essa definição clássica, Ricoeur extrai os seguintes traços da metáfora: 1) é algo que acontece ao nome; 2) trata-se de um movimento de transposição: a *epiphora* de uma palavra é descrita como uma sorte de deslocamento de...

viva — “A metáfora e a semântica do discurso” —, Paul Ricoeur procura sobrepujar essa dificuldade. Assim sendo, sem entrarmos em pormenores das diversas problemáticas relativas à metáfora examinadas pelo filósofo francês nessa obra<sup>2</sup>, cujos estudos “são provenientes de um seminário realizado na Universidade de Toronto no outono de 1971, sob os auspícios do Departamento de Literatura Comparada” (RICOEUR, 2000, p. 9), no que segue, acompanhando o esforço teórico de Ricoeur para situar a metáfora no nível da semântica da frase, focalizaremos algumas das estratégias utilizadas pelo filósofo para delimitar o problema da inovação semântica e da referência metafórica, dado que é a partir do exame dessa dupla problemática que emerge a análise ricoeuriana da questão da imaginação semântica no âmbito da metáfora, objeto de interesse do presente artigo.

Ricoeur inicia o terceiro estudo de *A metáfora viva* dizendo que a definição de metáfora como transposição do nome é uma definição que apenas permite identificá-la e classificá-la entre os tropos. A explicitação de como se dá a produção do sentido metafórico vai exigir, segundo o filósofo, uma definição da metáfora em termos de enunciado como meio contextual no qual a transposição de sentido tem lugar. Ao ressaltar que a metáfora constitui uma mudança contextual de significação, Ricoeur assume um ponto de vista crítico perante os postulados que constituem o modelo retórico da tropologia<sup>3</sup>. Em contrapartida, coloca-se em acordo com a teoria moderna da metáfora, tal qual ela foi elaborada em língua inglesa por I. A. Richards, Max Black, Monroe Beardsley.

Paul Ricoeur destaca inicialmente os contributos de cada um desses autores para uma teoria da metáfora-enunciado. Segundo sua análise, a teoria metafórica de I. A. Richards restabelece o direito do discurso a expensas dos direitos das palavras. Estas, porque não contêm um sentido em si mesmas, não são portadoras de uma significação própria, de tal modo que o sentido metafórico deve ser dado pelo discurso tomado como um todo; Richards

---

para...; 3) é a transposição de um nome estranho (*allotrios*) implicando: a) a ideia de desvio em relação ao uso ordinário da palavra; b) a ideia de empréstimo a um domínio de origem; c) a ideia de substituição em relação a uma palavra comum ausente mas disponível, ou seja, a palavra metafórica toma o lugar de uma palavra não-metafórica; 4) é uma transgressão da estrutura lógica da linguagem, pois viola uma ordem já constituída por gêneros e por espécies, e por um jogo já regrado de relações (subordinação, coordenação, proporcionalidade) (2000, p. 24-38).

<sup>2</sup>Para uma compreensão mais detalhada da obra em questão, além das análises consignadas em dois artigos do próprio filósofo — *La métaphore et le problème central de l'herméneutique* (1972) e *Symbole et métaphore* (1975) —, podem-se consultar as seguintes publicações: Silva (1990) e Resende (2001). Para uma análise da relação entre imaginação e metáfora pode-se consultar com proveito o artigo de Schaldenbrand (1979), numa coletânea organizada por Charles Reagan.

<sup>3</sup>No início do segundo estudo, encontramos um elenco de postulados cujo conjunto constitui o modelo implícito da tropologia: postulado do próprio e do impróprio (figurado); postulado da lacuna semântica; postulado do empréstimo; postulado do desvio; postulado do caráter paradigmático do tropo; postulado da informação nula; axioma da substituição e caráter decorativo do tropo (RICOEUR, 2000, p. 79-81).

liga essa concepção contextual da significação com a teoria da interpenetração das partes do discurso que, por sua vez, servirá de base para a teoria da interação de palavras no enunciado metafórico. Segundo essa teoria, a metáfora não é um simples deslocamento de palavras, mas a interação de dois pensamentos diferentes no seio de uma palavra ou de uma expressão simples. Na metáfora, esses dois pensamentos estão desnivelados, no sentido de que se descreve um sob os traços do outro. Richards denominou de “conteúdo” (tenor) a ideia subjacente, e de “veículo” (*vehicle*) a ideia sob cujo signo a primeira é apreendida. Já a teoria de M. Black — distinguindo, no interior do enunciado metafórico, um fenômeno de *focus* para designar a palavra particular cuja presença justifica a metaforicidade de um enunciado e um fenômeno de *frame* (quadro) para designar o restante da frase — permite entender melhor a interação entre o sentido indiviso do enunciado e o sentido focalizado da palavra. Como o foco opera não em virtude de significações lexicais, mas a partir de um sistema de lugares comuns (opiniões e preconceitos), a metáfora, por um efeito de “filtro”, deve suprimir certos aspectos e acentuar outros. É assim que ela confere, mediante o deslocamento de caracteres de um tema subsidiário para um tema principal, um novo *insight* sobre este último (por exemplo, sobre o homem, caso a metáfora fosse: o homem é um lobo). Quanto a Beardsley, Paul Ricoeur sublinha que este autor assume um ponto de partida idêntico ao de Richards e de Black: a metáfora é um caso de atribuição que requer a articulação, segundo sua terminologia, de um “tema” e um “modificador”. O que diferencia esse autor dos demais é a ênfase no papel do “absurdo lógico” enquanto meio para liberar uma significação secundária do enunciado metafórico e o papel preponderante do leitor na elaboração das conotações do modificador capazes de fazer sentido.

Efetuada uma espécie de balanço crítico acerca dos aportes de I. A. Richards, Max Black e Monroe Beardsley para o estudo das metáforas, Ricoeur declara que está de acordo com esses teóricos no seguinte ponto fundamental:

[...] as palavras recebem uma significação metafórica em contextos específicos no interior dos quais elas são opostas a outras palavras tomadas literalmente; esse deslocamento na significação resulta principalmente de uma colisão entre significações literais, que exclui o emprego literal da palavra em questão e dá índices para achar uma significação nova capaz de concordar com o contexto da frase e de torná-la significante no contexto considerado. (RICOEUR, 1972, p. 99).

Todavia, embora as investigações de Richards, Black e Beardsley já tenham colocado

a análise da metáfora nos trilhos de uma semântica do discurso<sup>4</sup>, Ricoeur detecta a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a metáfora a partir das lacunas deixadas pelos teóricos acima apresentados. Assim, da exposição que faz da teoria sobre a metáfora elaborada por I. A. Richards, dentre outros aspectos, Ricoeur salienta que o teorema do sentido contextual proposto por esse autor já permite falar de uma apreensão metafórica da realidade. Entretanto, como a análise de Richards não está orientada para o problema das relações entre metáfora e realidade, este autor não explorou o alcance ontológico da linguagem metafórica (RICOEUR, 2000, p. 132s). Ou seja, fica sem resposta a questão da referência metafórica. Não obstante os grandes méritos da teoria de M. Black, sua maior dificuldade, ressalta Ricoeur, é que a explicação da interação pela evocação do sistema associado de lugares comuns não dá conta do processo de criação de sentido inerente às metáforas de invenção. Em outras palavras, a questão da emergência do sentido metafórico, isto é, o problema da emergência de uma nova significação (inovação semântica) para além de toda regra já estabelecida não é contemplado pela teoria de Black (RICOEUR, 2000, p. 140ss). A teoria de Beardsley, ao conferir ao absurdo lógico um papel preponderante, acentua o caráter de invenção e de inovação do enunciado metafórico, e resolve, assim, algumas das dificuldades deixadas em aberto por Max Black. Contudo, de acordo com o ponto de vista ricoeuriano, ela não explica de onde vêm as significações segundas na atribuição metafórica (2000, p. 154). Segundo Paul Ricoeur (2000, p. 155), perante essa lacuna inerente à abordagem de Black, “uma única resposta é possível: é necessário tomar o ponto de vista do ouvinte ou do leitor e tratar a novidade de uma significação emergente como obra instantânea do leitor”.

A indicação das “questões que permanecem sem repostas” em Richards, Black e Beardsley constitui, como pôde ser observado, um passo metodologicamente estratégico para a delimitação dos problemas que mobilizarão os três últimos estudos de *A metáfora viva*, a saber: a questão da inovação semântica e a da referência metafórica. No que segue, apresentaremos a análise ricoeuriana dessas duas questões, à luz das quais emerge a reflexão do filósofo acerca do estatuto da imaginação no âmbito da metáfora.

---

<sup>4</sup> A ponto, por exemplo, conforme salienta Ricoeur, de já podermos reconhecer o primeiro par contrastado constitutivo de um discurso (acontecimento e sentido) em ação num enunciado metafórico, pois nele a ação contextual cria uma nova significação que tem exatamente o estatuto de um acontecimento, já que só existe nesse contexto, mas, ao mesmo tempo, podendo ser identificada como sendo a mesma, uma vez que sua construção pode ser repetida.

## 2 O PROBLEMA DA INOVAÇÃO SEMÂNTICA E A QUESTÃO DO ESQUEMATISMO DA ATRIBUIÇÃO METAFÓRICA

O problema da inovação semântica é discutido no sexto estudo de *A metáfora viva* intitulado “O trabalho da semelhança”. Nele, como o próprio título indica, para dar conta do aspecto criador da linguagem, Ricoeur aciona a noção de semelhança. Ao fazer isso, uma tarefa se lhe apresenta: como reinterpretar o papel da semelhança na linha da teoria da interação exposta anteriormente? Diante desse desafio, o filósofo considera então necessário desfazer o pacto entre substituição e semelhança estabelecido no curso da história pela retórica clássica (RICOEUR, 2000, p. 267).

Assumindo a função de defensor da semelhança perante aqueles que lhe negam um papel decisivo da explicação da metáfora<sup>5</sup>, Ricoeur (2000, p. 296) argumenta que o trabalho da semelhança “é um fator mais necessário ainda em uma teoria da tensão que em uma teoria da substituição”. Para ele, erram aqueles que acreditam que as noções de tensão, interação e contradição tornam supérfluo o papel da semelhança na explicação da metáfora. Na opinião de Ricoeur, esses termos referem-se à forma do desafio semântico contido numa metáfora, nesse sentido dizem respeito ao problema da “impertinência semântica” que uma metáfora coloca. O sentido metafórico enquanto tal é a nova pertinência semântica que é gerada no interior de um enunciado metafórico. É nessa mutação de sentido que a semelhança desempenha seu papel, mas esse papel só aparece quando se volta para o aspecto semântico da semelhança, isto é, para a sua função na atribuição dos predicados, gerando uma proximidade semântica entre os termos a despeito de sua distância. É este efeito estritamente predicativo da semelhança de aproximar coisas afastadas que gera uma nova pertinência semântica e, portanto, guia e produz o enunciado metafórico. Nesse sentido, a metáfora pode ainda ser concebida como *epífora* (transposição), implicando um processo unitivo (assimilação entre ideias estranhas, distanciadas), resultante de uma apercepção (*insight*) que é da ordem do ver. Acerca do papel do ver as semelhanças na produção da metáfora, Ricoeur recupera um comentário do estagirita tirado da *Poética* (1459 a 4-8): “[...] bem saber descobrir as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças” (ARISTÓTELES *apud* RICOEUR, 2000, p. 41), para logo concluir: “a metáfora ou, melhor, o metaforizar, isto é a

---

<sup>5</sup> Com exceção das investigações empreendidas por Paul Henle, constata-se que houve na história da teoria predicativa da metáfora um desinteresse pelo problema da semelhança. Ricoeur (2000, p. 293-296) elabora um “dossiê de acusação da semelhança”, levantando os principais argumentos utilizados pelos teóricos contemporâneos para negar à semelhança um papel decisivo na explicação da metáfora.

dinâmica da metáfora, repousaria então na apercepção do semelhante” (RICOEUR, 2000, p. 41), ou seja, bem metaforizar é ver — contemplar, lançar um golpe de vista para — o semelhante (RICOEUR, 2000, p. 299).

Em seguida, ainda defendendo a semelhança perante aqueles que a acusam de ser portadora de uma fraqueza lógica, Paul Ricoeur contra-argumenta, salientando que a estrutura conceitual da semelhança opõe e une a identidade e a diferença, e isso é revelado no próprio enunciado metafórico, em que o “mesmo” opera *apesar* do “diferente”. A metáfora, quando se fala de uma coisa nos termos de outra que se lhe assemelha, é um erro categorial calculado, ou seja, a metáfora rompe com uma categorização anterior a fim de estabelecer novas fronteiras lógicas sobre as ruínas das precedentes. Nesse sentido, o enunciado metafórico desencadeia abertamente um processo de engendramento de campos semânticos novos por fusão das diferenças na identidade. É nessa altura de sua argumentação em defesa do papel da semelhança na explicação do processo metafórico que a problemática da imaginação emerge com toda sua força em *A metáfora viva*, dado que o autor acrescenta a seguinte interrogação: “Não teria a imaginação alguma relação com o conflito da identidade e da diferença?” (RICOEUR, 2000, p. 305). É seguindo os desdobramentos da reflexão ricoeuriana acerca dessa questão que seremos arremetidos ao âmago da relação entre imaginação e inovação semântica, cuja explicitação é um dos objetivos deste artigo.

Situada no âmbito da defesa que efetua do estatuto lógico da semelhança no processo metafórico, a abordagem ricoeuriana da relação entre inovação semântica e imaginação tem como pano de fundo a discussão acerca da necessidade de uma reformulação do caráter icônico da semelhança a fim de que a imaginação mesma se torne um momento propriamente semântico do enunciado metafórico (RICOEUR, 2000, p. 305s). Nessa discussão, o filósofo salienta que se deve abordar, por primeiro, o estatuto da semelhança como apresentação figurada, como imagem que representa relações abstratas. Ele recorda que a raiz dessa abordagem encontra-se na observação aristotélica acerca do poder da metáfora de “pôr sob os olhos”<sup>6</sup>. Esse aspecto da figurabilidade metafórica, já explicitada por Aristóteles, é aprofundada por Paul Henle no exame que faz do “momento icônico” da metáfora. Para este teórico, o que especifica a metáfora entre todos os tropos é o seu caráter icônico. Levando-se em consideração que o modo icônico de significar é constituído pela capacidade de levar a

---

<sup>6</sup>No estudo que abre *A metáfora viva*, em suas observações sobre o uso retórico da metáfora, Ricoeur (2000, p. 60) já havia assinalado que essa capacidade de a metáfora “fazer imagem” (pôr sob os olhos) não é algo acessório para a compreensão dela: por esse poder, a metáfora faz ver o abstrato sob os traços do concreto, ela mostra o inanimado como animado.



pensar em alguma coisa considerando algo semelhante, a teoria de Henle defende que é por meio da apresentação icônica que se pode “apontar para semelhanças inéditas, seja de qualidade, de estrutura, de localização, seja ainda de situação, seja enfim de sentimento” (RICOEUR, 2000, p. 291). Em função do que acaba de ser mencionado, verifica-se que o modo icônico de significar, considerado por Henle uma propriedade específica da metáfora, concede aos enunciados metafóricos o poder de ampliar o vocabulário, fornecendo para termos abstratos similitudes concretas e a capacidade de, em virtude da semelhança, operar com novas situações, mediante a ampliação de nossos modos de sentir, embora sem nada acrescentar à descrição do mundo. Desse modo, para este autor, a metáfora teria uma função meramente poética, pois infundiria no coração da situação simbolizada os sentimentos ligados à situação que simboliza.

Ricoeur lamenta essa oposição entre o sentir e o descrever que fez a análise de Henle resvalar para uma teoria emocionalista na metáfora, porém ressalta que a teoria deste autor tem méritos. Um deles é o de não ter conduzido a teoria da metáfora ao impasse de uma teoria da imagem no sentido humano de uma expressão sensorial enfraquecida. Ao contrário, a prudência de Henle, que Ricoeur endossa, o faz ficar restrito ao campo da linguagem. Ou seja, o elemento icônico da metáfora não é mostrado em imagens sensoriais, mas apenas linguisticamente descrito. Além disso, considerando que na metáfora “o que é apresentado é uma fórmula para construção de ícones” (HENLE *apud* RICOEUR, 2000, p. 290), Ricoeur detecta que a reflexão de Henle sobre o caráter icônico da metáfora nos convida a pensar “na imaginação ‘produtora’ que Kant distingue da imaginação ‘reprodutora’ por identificá-la ao esquema, que é um método para construir imagens” (RICOEUR, 2000, p. 290). Assim, a partir de sua confrontação da teoria da metáfora elaborada por P. Henle, Ricoeur chega a uma conclusão importante: a única maneira de abordar o problema da imaginação instruído pela teoria semântica da metáfora é começar pelo plano da imaginação produtiva, colocando entre parênteses o núcleo não verbal da imaginação, isto é, o plano da imaginação reprodutiva (2000, p. 305). Conforme se pode constatar, por meio do exame do momento icônico da metáfora, o percurso analítico seguido por Ricoeur para enquadrar a imaginação como um momento semântico do enunciado metafórico levou-o a tangenciar a teoria kantiana sobre a imaginação<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>Segundo Frias (2006, p. 10; 13), a abordagem kantiana da capacidade de imaginação ocorre no âmbito da análise do juízo determinante (na “Analítica Transcendental”) e do juízo reflexionante (na *Critica da Faculdade de Juízo Estética*) e do ponto de vista pragmático (na *Antropologia do Ponto de Vista Pragmático*). Dado que as

Uma vez que é à noção kantiana de imaginação produtiva desenvolvida na primeira *Crítica* que Paul Ricoeur recorre para dar consistência à sua proposta de uma imaginação semântica, faz-se necessário uma breve recapitulação da análise kantiana da capacidade de imaginação na sua função de exibição esquemática<sup>8</sup>. Para tanto, deve-se inicialmente lembrar que na *Crítica da razão pura*, tal qual ela chegou até nós, ou seja, em sua segunda edição<sup>9</sup>, o tema da imaginação está inserido no capítulo I (“O esquematismo transcendental”) da “Analítica dos princípios”. Ali — considerando que não é suficiente a organização das sensações sob as formas *a priori* da sensibilidade para que haja experiência, mas para tal faz-se necessário também a atuação do entendimento enlaçando numa síntese superior o diverso da sensibilidade —, Kant sustenta que é a imaginação a protagonista dessa atividade unificadora que opera a síntese das diversas representações, ou seja, de acordo com a perspectiva kantiana, é a imaginação que operacionaliza uma primeira síntese que recolhe as diversas sensações para formar um conteúdo. Todavia, essa primeira síntese não proporciona ainda conhecimento: é preciso que o entendimento intervenha para reduzir a percepção imaginativa ao conceito, mediante a imposição das formas *a priori* do entendimento (categorias). Entretanto, segundo Kant a condição para o uso das categorias, isto é, para aplicar aos fenômenos as categorias do entendimento, é a existência de uma representação mediadora que, por um lado, tenha uma dimensão pura, intelectual e, por outro, sensível. Tal

---

funções empíricas da imaginação foram colocadas entre parênteses na análise ricoeuriana, nosso foco se volta necessariamente para o aspecto de produtividade da capacidade de imaginação, com especial ênfase para as análises kantianas consagradas aos juízos determinantes.

<sup>8</sup>Para Kant, numa perspectiva transcendental, a *facultas imaginandi* tem como tarefa a exibição, isto é, a apresentação do objeto do conceito na intuição. A exibição, assim sendo, é um estágio necessário para a aplicação/associação de um conceito a um múltiplo da intuição, tratando-se, em suma, do processo de pôr ao lado do conceito uma intuição que lhe corresponda. A exibição é uma tarefa sob a responsabilidade da imaginação, uma vez que é essa capacidade que realiza a síntese pura e produz esquemas e símbolos, elementos sem os quais a exibição não se realizaria. Assim, são dois os modos pelos quais a imaginação realiza a exibição: 1) por um processo demonstrativo e direto por meio de esquemas; 2) por um processo analógico e indireto por meio de símbolos. O primeiro modo de exibição (exibição esquemática) se dá no âmbito dos juízos determinantes (opera do universal para o particular visando compreender uma intuição em um conceito), mediante a regulação da imaginação pelo entendimento; o segundo modo (exibição simbólica) ocorre no âmbito dos juízos reflexionantes, no qual a imaginação é espontânea, capaz de “livre jogo” com entendimento.

<sup>9</sup>Como Heidegger chamou a atenção em *Kant y el problema de la metafísica*, na segunda edição da *Crítica da razão Pura*, Kant recuou em relação ao lugar proeminente que havia concedido à imaginação na primeira edição. Resumidamente: Heidegger (1954, p. 120) aventa a hipótese segundo a qual, na primeira edição da obra kantiana fundamental, a imaginação, interpretada como faculdade transcendental, seria o fundamento essencial tanto da sensibilidade quanto do entendimento, a “desconhecida raiz comum dos dois ramos do conhecimento”, sendo que o próprio imaginar só se dá em unidade estrutural com a sensibilidade e com o entendimento. De acordo como a avaliação de Heidegger (1954, p. 139), na segunda edição há um retrocesso em favor do entendimento, contribuindo assim para ocultar o estatuto original e fundamental da imaginação e salvaguardar a supremacia da razão. Assim, de “função indispensável da alma” e de “terceira faculdade fundamental”, a imaginação passa a ser “função do entendimento”, isto é, deixa de ser uma faculdade própria para ser produto do entendimento. Em suma, a síntese transcendental da imaginação é um mero efeito do entendimento na sensibilidade.

representação Kant denomina de *esquema transcendental*. É este esquema, operacionalizando uma síntese do heterogêneo, que permite o relacionamento entre os conceitos e os objetos. Sem confundi-lo com as imagens propriamente ditas<sup>10</sup>, Kant define o esquema como sendo uma “regra de síntese da imaginação”, um procedimento geral da imaginação para procurar a um objeto sua imagem.

Conforme acabamos de assinalar, síntese e esquematismo apresentam-se intimamente vinculados à capacidade de imaginação produtiva. Se a síntese é um processo mental<sup>11</sup>, o esquematismo é um mecanismo da capacidade de imaginação que, especialmente em sintonia com requerimentos do entendimento, possibilita que os conceitos sejam aplicáveis ao múltiplo da intuição. Ou seja, é por meio da projeção do esquematismo sobre as intuições sensíveis que Kant resolverá o problema da heterogeneidade aparentemente intransponível entre conceitos e impressões. Nesse sentido, o esquema de um conceito é o método da capacidade de imaginação para representar um conceito em sua imagem correspondente. Entretanto, o esquema não se confunde com uma delimitação pálida e esvaída do objeto empírico real, mas é uma espécie de modelo dos possíveis objetos da experiência. O esquema não é uma imagem, mas o processo que torna possível as imagens. Enquanto tal, ele é um procedimento universal (regra) da capacidade de imaginação para proporcionar a um conceito uma representação intuitiva que de algum modo funcione como seu ícone. O esquema não é uma entidade mental (como conceitos e intuições), mas a regra diretriz das sínteses. É um modo de proceder que promove — pela regulação da imaginação pelo entendimento — a determinação que dirige as operações da imaginação de modo a possibilitar a produção de imagens que estejam relacionadas aos conceitos do entendimento e, desse modo, permita a cognição.

Ademais, para caracterizar satisfatoriamente a capacidade de imaginação produtiva em Kant, deve-se ter claro que ela não se confunde com a fantasia (esta se refere às imagens mentais involuntárias e figura entre os fenômenos empíricos, por isso Kant a estuda na *Antropologia do ponto de vista pragmático*) e nem com a capacidade de imaginação reprodutiva (aquela que encadeia representações seguindo leis empíricas da associação e que apresenta uma significação puramente psicológica). Portanto, é enquanto procedimento de

---

<sup>10</sup> Deve-se ter em mente que, para Kant, imagens (*Bilder*) não se reduzem a dados visuais; mas são conjuntos de dados sensíveis organizados de modo a permitir a compreensão por meio de conceitos.

<sup>11</sup> Como a espontaneidade do nosso pensamento exige que o múltiplo indiferenciado — fruto da capacidade de receptividade sensível de abarcar mais de uma sensação — seja primeiro perpassado, acolhido e ligado, a fim de que, em seguida, este material sinóptico oriundo da capacidade de receber diferentes impressões possa ser transformado em conhecimento, para Kant, síntese é um processo mental de acrescentar diversas representações umas às outras e de conceber sua multiplicidade num conhecimento.

síntese que a imaginação se insere no arcabouço teórico kantiano da primeira *Crítica*, apresentando-se como a responsável pelo intercâmbio entre os dois tipos irreduzíveis de representação (intuições e conceitos), que se operacionaliza pela exibição esquemática. Entretanto, no âmbito da primeira *Crítica*, a *facultas imaginandi* também não é criadora, ou seja, não é dotada de poder para engendrar uma representação que jamais foi dada inicialmente à nossa faculdade sensível. Enfim, a fixação da imaginação entre a apreensão intuitiva do sensível e as leis imutáveis do entendimento faz com que ela não seja portadora de uma capacidade de fundação imagética da realidade, mas mera potência de produzir esquemas transcendentais. Assim, para o Kant da segunda edição da *Crítica da razão pura*, conforme avalia Jambet (2006, p. 61): “a imaginação é, pois, o poder de síntese, com a ressalva de nada imaginar, de ser tudo exceto o poder criador de imagens”.

À luz dessa breve excursão pela teoria kantiana da imaginação desenvolvida na primeira *Crítica*, fica mais claro o motivo pelo qual Ricoeur, ao efetuar a análise da relação entre inovação semântica e imaginação, assinalou a necessidade de tratar o *ver o semelhante* (Aristóteles) e o *momento icônico* da metáfora (Henle) à luz da imaginação produtiva (Kant). De acordo com a perspectiva assumida pelo filósofo francês, ao mostrar como o poder de fazer imagens da metáfora está articulado com o modo icônico de significar e como este momento icônico da metáfora não deve ser visto como uma apresentação de imagens sensoriais, mas como um método de construir imagens, faz-se necessário — inspirando-se claramente na importância que Kant dá ao esquema no âmbito da imaginação produtiva — colocar em evidência a relevância da noção de “esquematismo da atribuição metafórica” para a inteligibilidade da inovação semântica que ocorre nas metáforas vivas. Segundo as análises empreendidas por Paul Ricoeur (2000, p. 306) na sequência do estudo VI de *A metáfora viva*:

A metáfora surge então como o esquematismo no qual se produz a atribuição metafórica. Tal esquematismo faz da imaginação o lugar de emergência do sentido figurativo no jogo da identidade e da diferença. E a metáfora é o lugar no discurso em que esse esquematismo é visível, porque identidade e diferença não são confundidas, mas afrontadas.

De acordo com a interpretação ricoeuriana, a ideia de esquematismo da atribuição metafórica permite compreender que, assim como o esquema é a matriz da categoria, o momento icônico da metáfora é matriz da nova pertinência semântica que nasce do desmantelamento das áreas semânticas sob o choque do conflito entre identidade e diferença. Além do mais, é o esquema que faz aparecer a atribuição enquanto processo predicativo que

faz ver, isto é, que produz imagens, não como “perceptos desbotados”, mas como lugar das significações nascentes. Fazendo um balanço de sua argumentação em favor da semelhança, dentro da qual está situada sua reflexão sobre a relação entre imaginação e inovação semântica, Paul Ricoeur (2000, p. 318) reconhece que:

[houve] certa reabilitação do momento icônico da metáfora, mas essa reabilitação não foi além do aspecto verbal do ícone, nem além de um conceito lógico da semelhança, concebida como a unidade da identidade e da diferença. É verdade também que com o momento icônico retornou certo conceito de imaginação, mas tal conceito foi prudentemente restrito à imaginação produtiva kantiana; nesse sentido, a noção de um *esquematismo da atribuição metafórica* não transgride os limites de uma teoria semântica, isto é, de uma teoria da significação verbal.

Até este ponto, a análise do problema da imaginação na metáfora empreendida por Ricoeur focalizou o aspecto verbal da imagem enquanto esquema da síntese do idêntico e do diferente, mas colocou entre parênteses o núcleo não verbal da imaginação, isto é, o plano da imaginação reprodutiva. Diante dessa constatação, Paul Ricoeur se interroga sobre como então acrescentar ao esquematismo metafórico o aspecto propriamente sensível da imagem. Considerando o esquematismo da atribuição metafórica o ponto de ancoragem do imaginário em uma teoria semântica da metáfora, na última parte (“Ícone e imagem”) do sexto estudo de *A metáfora viva*, o filósofo se propõe a enfrentar esse novo desafio à luz dos contributos de Marcus B. Hester acerca da articulação entre o “dizer” e o “ver como” metafóricos.

Para Hester, segundo Ricoeur, o “ver como” é um fator revelado pelo ato de ler. É importante ressaltar que Hester “compara a leitura à *epokhé* husserliana que, ao suspender toda posição de realidade natural, libera o direito original de todos os *data*, pois a leitura, também ela, é uma suspensão de todo real e uma ‘abertura ativa ao texto’” (RICOEUR, 2000, p. 321). Nesse sentido, o “ver como” é o “ato-experiência de caráter intuitivo, pelo qual se escolhem, no fluxo quase sensorial do imaginário que se tem ao ler a metáfora, os aspectos apropriados deste imaginário” (HESTER *apud* RICOEUR, 2000, p. 326). Assim, porque o “ver-como” acionado pela leitura assegura a junção do sentido verbal com a plenitude imaginária, ele exerce o papel do esquema que une o conceito vazio e a impressão cega, de tal forma que o verbal e o não verbal estão estreitamente unidos no seio da função imaginante da linguagem (RICOEUR, 2000, p. 327). É nesse sentido que se deve interpretar a declaração segundo a qual no enunciado metafórico “ver X como Y implica que X não é Y” e que, portanto, numa metáfora viva as “fronteiras de sentido são transgredidas, mas não abolidas” (2000, p. 327). Em função disso, de acordo com o ponto de vista ricoeuriano, a fusão do

sentido e do imaginário, explicitado pelo “ver como” metafórico, deve ser entendido como sendo a contrapartida necessária de uma teoria semântica que enfatiza a tensão entre os termos do enunciado metafórico. Isso porque, a despeito da colisão semântica, o sentido metafórico é a nova pertinência que se forma na espessura do imaginário liberado pela mediação não verbal do enunciado metafórico. Reconhecendo os limites da abordagem semântica da imaginação, Paul Ricoeur (2000, p. 329) assinala que caberá a uma fenomenologia da imaginação<sup>12</sup>, como a de Gaston Bachelard, a tarefa de se estender para além da descrição do “ver como” mediante o acolhimento da ressonância da imagem poética na profundidade da existência humana.

### **3 A FUNÇÃO REFERENCIAL DA METÁFORA E A PROJEÇÃO DE NOVAS POSSIBILIDADES DE SE REDESCREVER O MUNDO**

Quase no final do artigo *La métaphore et le problème central de l’herméneutique*, Ricoeur (1972, p. 112) pergunta: “por que tiraríamos significações novas de nossa linguagem, se não tivéssemos nada de novo a dizer, nenhum novo mundo a projetar?” e declara: “as criações de linguagem seriam destituídas de sentido, se elas não servissem ao projeto geral de deixar novos mundos emergir pela graça da poesia...”. Para Ricoeur, a partir do que acaba de ser assinalado, a temática da inovação semântica está intimamente ligada à análise que o filósofo faz da função referencial do enunciado metafórico. Ele discute este assunto principalmente no penúltimo estudo de *A metáfora viva*. Ali, no contexto da transição do ponto de vista semântico para o hermenêutico<sup>13</sup>, ou seja, situando-se não mais no âmbito da frase, mas do discurso propriamente dito (poema, narração, ensaio, etc.), o filósofo deseja responder ao seguinte questionamento: “o que diz o enunciado metafórico sobre a realidade?” (RICOEUR, 2000, p. 331).

Na busca de uma resposta para essa questão, uma primeira dificuldade é detectada por Ricoeur (2000, p. 338): “O desejo de verdade que faz avançar do sentido para a denotação só é expressamente atribuído por Frege aos enunciados da ciência, e parece justamente ser recusado aos da poesia”. Diante desse obstáculo, a primeira tarefa da reflexão ricoeuriana é transpor essa limitação da denotação somente ao âmbito dos enunciados científicos. Para tanto, Ricoeur necessita desvencilhar-se da argumentação que defende uma concepção não referencial do discurso poético, seja porque o poema intercepta a referência e, no limite, anula

<sup>12</sup> Para uma discussão mais ampla sobre esta proposta ricoeuriana, pode-se consultar Lebrun (1988).

<sup>13</sup> Sobre essa temática, ver Petit (1985).

a realidade, seja porque a linguagem poética não é descritiva, isto é, não fornece informações sobre fatos, mas apenas uma linguagem emocional, isto é, sentida exclusivamente no “interior” do sujeito e não é referida de qualquer modo que seja a alguma coisa no exterior do sujeito. Diante dessa argumentação contrária à referência poética, que, por sua vez, implica a impossibilidade de o enunciado metafórico ter alguma pretensão à verdade, Ricoeur (2000, p. 349) defende a seguinte tese: “a suspensão da referência, no sentido definido pelas normas do discurso descritivo, é a condição negativa para que seja liberado um modo mais fundamental de referência, que é tarefa da interpretação explicitar”. Mais especificamente, ele propõe o seguinte:

Por sua estrutura própria, a obra literária só desvela um mundo sob a condição de que se suspenda a referência do discurso descritivo. Ou, para dizer em outras palavras: na obra literária, o discurso desvela sua denotação como uma denotação de segunda ordem, graças à suspensão da denotação de primeira ordem do discurso [...]. É possível, com efeito, que o enunciado metafórico seja precisamente aquele que mostra com clareza a relação entre referência suspensa e referência desvelada. (RICOEUR, 2000, p. 338).

Para o filósofo francês, essa sua tese encontra apoio na noção de “hipótese poética” de Frye: o poema não é verdadeiro ou falso, mas hipotético, no sentido de ser a proposição de um mundo imaginativo-fictício. Nesse sentido, a suspensão da referência real é a condição de acesso à referência num modo virtual, de tal forma que, em última instância, a função da poesia é fazer nascer um outro mundo que corresponda a outras possibilidades de existir que correspondam, por sua vez, aos nossos possíveis mais próprios. Mais um indício confirmador de sua tese, Ricoeur encontra nesta outra proposta de Frye: a unidade de um poema é a unidade de um estado de alma (*mood*). Para Ricoeur (2000, p. 350), a noção de *mood* (estado de alma) introduz um fator extralinguístico que deve ser entendido como índice de um modo de se estar no meio da realidade, cuja condição é a suspensão da realidade natural por meio do recurso à linguagem poética.

Ainda buscando apoio para a sua tese de que a suspensão da função referencial na linguagem poética é a condição negativa para o surgimento de um modo mais fundamental de referência, Ricoeur se serve da noção de “referência duplicada” elaborada por Roman Jakobson. Seguindo as análises deste autor, ele salienta que na poesia não ocorre uma supressão da função referencial, mas sua alteração profunda pelo jogo da ambiguidade, de tal modo que “a uma mensagem de duplo sentido correspondem um emissário duplicado, um destinatário duplicado e, além disso, uma referência duplicada” (RICOEUR, 2000, p. 343).

Dessa forma, mais adiante, Ricoeur (2000, p. 351) acrescenta que o modo de constituição do sentido metafórico é a chave da duplicação da referência: sabe-se que o sentido metafórico é suscitado pelo fracasso da interpretação literal. Essa autodestruição do sentido literal, sob o peso da impertinência semântica, condiciona, por sua vez, o desmoronamento da referência primária. Contudo, a interpretação metafórica, ao fazer surgir uma nova pertinência semântica alicerçada nas ruínas do sentido literal, suscita, graças à abolição da referência primária (correspondente à interpretação literal do enunciado), um novo objetivo referencial. A esse argumento de proporcionalidade que faz corresponder uma metaforização da referência à metaforização do sentido, Paul Ricoeur (2000, p. 352) acrescenta uma sugestão advinda do estudo semântico da metáfora: como bem metaforizar é ver o semelhante, isto é, instaurar uma proximidade entre significações afastadas, pode-se conceber que essa proximidade no sentido é, ao mesmo tempo, uma proximidade nas coisas mesmas, da qual brota uma nova maneira de ver, ou seja, um “ver como”, através do qual um novo estado de coisas é percebido na espessura do estado de coisas deslocado pelo erro categorial.

Para encorpar ainda mais a sua proposta de que a referência metafórica é uma referência duplicada, Ricoeur (2000, p. 352) necessita “ultrapassar a oposição entre denotação e conotação e inscrever a referência metaforizada em uma teoria da *denotação generalizada*”. Para esse empreendimento, ele se apoia na teoria de Nelson Goodman que insere a totalidade das operações simbólicas no quadro de uma única operação: a função de referência. Para este autor, a universalização da função referencial está assegurada pela universalização da potência organizacional da linguagem, ou seja, pela universalização da potência da linguagem de reorganizar o mundo em termos de obras, e as obras em termos de mundo (RICOEUR, 2000, p. 353). Aplicando à poética do discurso a perspectiva e as categorias de Goodman, Ricoeur propõe que a poesia comporta, enquanto sistema simbólico, uma função referencial igual à do discurso descritivo. Por isso mesmo, os sons, imagens e sentimento que aderem ao sentido poético, uma vez que pertencem às coisas mesmas, não são menos reais que os traços descritivos articulados pelo discurso científico. No entanto, ressalta Ricoeur (2000, p. 364s), devido ao pragmatismo e ao nominalismo de fundo da teoria de Goodman<sup>14</sup>, os seguintes

---

<sup>14</sup>Para este autor, “a metáfora é uma aplicação insólita, isto é, a aplicação de uma etiqueta familiar, cujo uso tem por consequência um passado, a um objeto novo que, primeiramente, resiste, mas depois cede” (RICOEUR, 2000, p. 359). Conforme analisa Ricoeur, a escolha do termo “etiqueta” condiz bem com o nominalismo convencionalista de Goodman, pois ressalta a ausência de essências fixas doadoras de sentido, facilitando assim a teoria da metáfora, pois é mais cômodo deslocar uma etiqueta, cuja única resistência é o costume, que reformar uma essência. Além disso, segundo o filósofo, a teoria de Goodman retém a ideia de erro categorial (Ryle), de tal modo que o erro na aplicação das etiquetas corresponde à reatribuição de uma etiqueta, de tal forma que a



aspectos ainda não são contemplados pela proposta deste autor: a *epokhé* da referência descritiva como estratégia própria do discurso poético; o poder de o discurso poético visar a realidade ao pôr em jogo “ficções heurísticas”; a manifestação e criação de um novo modo de ser das coisas pelo discurso metafórico. É a partir da “teoria dos modelos” elaborada por Max Black que Ricoeur tentará ultrapassar essas lacunas da teoria de Nelson Goodman.

De acordo com Paul Ricoeur (2000, p. 366), Max Black, em *Models and metaphors*, estabelece o parentesco no plano heurístico entre o funcionamento da metáfora nas artes e o dos modelos nas ciências: “o argumento central é que a metáfora é para a linguagem poética o que o modelo é para a linguagem científica quanto à relação com o real [...] um instrumento heurístico que visa, por meio da ficção, destruir uma interpretação inadequada e traçar o caminho para uma interpretação mais adequada”. Complementando as análises de Black com as de Mary Hesse, Ricoeur vai assinalar que o modelo é um instrumento de redescrição. À pergunta acerca do benefício, para a teoria da metáfora, dessa passagem pela teoria dos modelos, Ricoeur (2000, p. 371) responde, primeiramente, salientando que “o choque retroativo do modelo sobre a metáfora revela novos traços desta, que a análise anterior não percebera”: a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade. Em seguida, ele destaca que se deve compreender a relação entre *mythos* e *mimèsis*, na *poiesis* trágica, de modo semelhante à relação entre ficção heurística e redescrição que a teoria dos modelos pôs em relevo<sup>15</sup>. Assim, basicamente, ele

---

falsidade literal, devido à atribuição incorreta, é convertida em verdade metafórica por reatribuição de etiqueta. A partir dessas considerações, Ricoeur chama a atenção para o fato de essa concepção de metáfora abarcar tanto um conjunto de etiquetas (esquema) como um conjunto correspondente de objetos (reino). Assim, a metáfora apresenta um poder de reorganizar a visão das coisas quando um “reino” inteiro é transposto para um “reino” estrangeiro, sendo que o uso de etiquetas no novo campo de aplicação é regulado pela prática anterior. “O nominalismo de Goodman — comenta Ricoeur (2000, p. 361) — o impede de procurar afinidades na natureza das coisas ou em uma constituição eidética da experiência”.

<sup>15</sup> Para um entendimento melhor desse aspecto, deve-se ter como pano de fundo a leitura que Paul Ricoeur faz da *Poética* de Aristóteles no § 5 do Estudo I de *A metáfora viva*. Ali, após lembrar que a tragédia comporta seis elementos — *mythos* (enredo ou intriga), *ethe* (caracteres), *lexis* (elocução), *dianóia* (pensamento), *ópsis* (espetáculo) e *mélopoia* (canto) — Ricoeur salienta que eles formam uma rede na qual tudo gira em torno de um fator dominante que é o *mythos*. Como a tragédia é a “*mimèsis* dos homens agindo”, o *mythos* da tragédia vai ser a construção do enredo que constitui a *mimèsis* das ações. Diante disso, o filósofo tece dois comentários: 1) alertando para não reduzir os traços da *mimèsis* aos de uma simples cópia que repetiria a natureza, Ricoeur destaca então que só há *mimèsis* onde há um “fazer”. Assim, “se a *mimèsis* comporta uma referência inicial ao real, essa referência designa o próprio reino da natureza sobre toda produção. Mas esse movimento de referência é inseparável da dimensão criadora. A *mimèsis* é *poiesis*, e vice-versa” (RICOEUR, 2000, p. 69); 2) na tragédia, diferentemente da comédia, a imitação das ações humanas é uma imitação que engrandece. “Assim, o *mythos* não é somente uma reordenação das ações humanas em uma forma mais coerente, mas uma composição que sobreleva, e por isso a *mimèsis* é a restituição do humano, não apenas segundo o essencial, mas maior e mais nobre”. Feitas essas observações, Paul Ricoeur prossegue aplicando-as à metáfora: referida à imitação das melhores ações, ela é, ao mesmo tempo, submissão à realidade (um quadro do humano) e composição original (invenção de uma intriga); restituição do humano e um deslocamento para o alto (sobrelevação). Ele também

propõe que a metaforicidade, enquanto traço do próprio *mythos*, consiste em “descrever um domínio menos conhecido — a realidade humana — em função de relações de um domínio fictício mais bem conhecido — o enredo trágico” (RICOEUR, 2000, p. 373). Quanto à *mimèsis* — lembrando que a “tragédia ensina a “ver” a vida humana “como” aquilo que o *mythos* mostra” — Ricoeur destaca que ela constitui a dimensão “denotativa” do *mythos*, sendo então o verdadeiro nome da “referência metafórica”. Valendo-se de D. Berggrem, ele passa a mostrar como a referência metafórica conjuga “os esquemas poéticos da vida interior” e a “objetividade das texturas poética”. Essencialmente, Ricoeur defende que o verbo poético “esquematisa” metaforicamente os sentimentos descrevendo as “texturas do mundo” que se tornam verdadeiros “retratos da vida interior”. Enfim, todo esse percurso analítico desencadeado pela aplicação da teoria dos modelos às metáforas conduziu Ricoeur às seguintes conclusões: a) a função poética visa redescrever a realidade pela via indireta da ficção heurística; b) dentro da função poética, a metáfora é a estratégia de discurso pela qual a linguagem abre mão da descrição direta para poder liberar sua função de descoberta; c) o poder de redescricao da linguagem poética apresenta uma intenção “realista” que nos permite falar em termos de “verdade metafórica”.

Focalizando o problema da verdade metafórica, a análise ricoeuriana avança para a seara ontológica ao constatar que é necessário, à luz da concepção tensional da metáfora, situar a tensão no ser metaforicamente afirmado. Em outros termos, para Ricoeur o lugar da metáfora não é propriamente o nome, a frase ou o discurso, mas a cópula do verbo ser, de tal modo que o metafórico se situa no “é” que articula, ao mesmo tempo, o “não é” e o “é como”<sup>16</sup>. Além de sustentar que a tensão característica da enunciação metafórica incide na cópula “é”, de tal forma que o “ser-como” explicitado pela metáfora implica o ser e o não ser, o “isto era e não era”, Paul Ricoeur, na argumentação em que busca efetuar a explicitação ontológica do postulado da referência, acrescenta que o “ser-como” articula-se à capacidade metafórica, explicitada por Aristóteles, de “pôr sob os olhos” (fazer imagem). Retomando a observação do estagirita de que “pôr sob os olhos” é “significar as coisas em ato”, Ricoeur

---

ressalta que essa sobrelevação se aplica também à *kártasis*, que poderá ser entendida como a sobrelevação do sentimento (RICOEUR, 2000, p. 62ss).

<sup>16</sup> Com isso, emerge um paradoxo incontornável vinculado a um conceito metafórico de verdade: só se pode falar de verdade metafórica incluindo o “agulhão crítico” do “não é” literalmente na veemência ontológica do “é” metaforicamente. Ignorar o “não é” implica ceder à ingenuidade ontológica. Reduzir o “é” metafórico a um mero “como se” significa deixar-se prender pelos critérios verificativos de verdade. Ao defender a tese da verdade metafórica (ser-como), Ricoeur assume uma posição de distanciamento tanto em relação a um “fideísmo” ontológico de uma metaforicidade que revelaria plenamente a verdade da realidade, como do ceticismo frente à nossa capacidade de forçar a fronteira ontológica (CASTRO, 2002, p. 260).

(2000, p. 470) assevera que, ao recorrer a uma categoria da “filosofia primeira” para se entender a figurabilidade inerente à metaforicidade, Aristóteles convida a empreender a explicitação ontológica da referência mediante uma retomada especulativa das significações do ser a partir da qual se descortinam três direções possíveis de como se pode entender a fórmula “significar as coisas em ato”, a saber: 1) ver as coisas como ações; 2) ver as coisas ao modo de uma obra de arte; 3) ver as coisas como nas eclosões naturais, isto é, não impedidas de advir (RICOEUR, 2000, p. 473). Em especial essa última direção para se entender o que seria significar as coisas em ato nos chama a atenção, pois ela nos arremessa de volta à tese apresentada por Ricoeur (2000, p. 71) nas páginas finais do primeiro estudo de *A metáfora viva*: “nenhuma exegese da *mimesis*, fundada sobre sua ligação com o *mythos*, suprimirá o fato maior de que a *mimesis* é *mimesis phyeos*”. Nesse caso, é função do conceito de *physis* servir como índice para a dimensão da realidade que não se manifesta na simples descrição do que nela é dado. Essa referência à *physis* permite, sobretudo, que a função referencial do discurso poético se ligue à revelação do real como ato. Entretanto, dado que a referência à natureza não exerce uma determinação sobre a composição do poema, um vasto leque de possibilidades é preservado, podendo-se falar também em termos de imitações das ações. Assim, em suma, “apresentar os homens ‘*agindo*’ e todas as coisas ‘*como em ato*’, tal bem poderia ser a função *ontológica* do discurso metafórico. Nele, toda potencialidade adormecida de existência aparece *como* eclodindo, toda capacidade latente de ação, *como* efetiva” (RICOEUR, 2000, p. 75, grifos do autor). Por isso, para Ricoeur, somente as metáforas vivas podem ser ao mesmo tempo acontecimento e sentido.

Acabamos de verificar como Paul Ricoeur demonstra que as expressões metafóricas não se limitam a uma criação de sentido, baseada numa nova pertinência semântica, mas também contribuem para uma redescrição do real e, mais especificamente, em virtude da correspondência entre um ver-como no plano da linguagem e um ser-como no plano ontológico, para uma redescrição de nosso ser-no-mundo. Após termos acompanhado aspectos do desenrolar da argumentação ricoeuriana em *A metáfora viva*, o que podemos reter dela para a abordagem da imaginação no pensamento de Paul Ricoeur? Encerremos este artigo esboçando uma resposta para esse questionamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente a questão da imaginação representa um fio invisível que perpassa por todas as etapas do itinerário filosófico ricoeuriano<sup>17</sup>. Em *L'imagination dans le discours et dans l'action*, à questão: “Qual novo acesso a teoria da metáfora oferece ao fenômeno da imaginação?”, Paul Ricoeur responde argumentando que é uma nova posição do problema que a teoria da metáfora oferece ao fenômeno da imaginação: ao invés de abordá-lo pelo viés da percepção, perguntando se é possível passar da percepção à imagem, e como se processa essa passagem, a teoria ricoeuriana da metáfora convida a articular a imaginação ao fenômeno da inovação semântica que caracteriza o uso metafórico da linguagem (RICOEUR, 1986, p. 241). Em outros termos: no lugar de se ater à concepção de que a imagem é um resíduo ou um apêndice da percepção, o filósofo francês vai propor que “nossas imagens são faladas antes de serem vistas”. É precisamente neste ponto que a teoria da metáfora interessa à filosofia da imaginação: a explicação ricoeuriana acerca do funcionamento da dinâmica metafórica ajuda-nos então a compreender como a imagem deriva da linguagem e não da percepção.

Segundo a posição assumida por Ricoeur, conforme já assinalamos, é no âmbito da inovação semântica, isto é, no momento de emergência de uma nova significação para além da ruína da predicação literal que a imaginação oferece sua mediação específica. Por meio das análises anteriores, verificou-se que a metáfora viva é o exemplo mais nítido do poder da linguagem de criar sentido através da aproximação inesperada de campos semânticos afastados, de tal modo que uma nova pertinência semântica vem à tona apesar da inconsistência semântica e lógica no nível do sentido literal (RICOEUR, 1995, p. 45). Nesse processo de criação de sentido, isto é, de emergência de uma nova pertinência semântica, a imaginação exerce papel preponderante: é a capacidade de imaginar que está atuando na metamorfose de sentido presente na metáfora viva. Em outros termos, a semelhança figurativa que desfaz a tensão semiótica e possibilita a captação da nova produção significativa é uma dinâmica da imaginação. É ela, enquanto apercepção de uma nova pertinência predicativa, que possibilita o preenchimento do vazio que a transposição de sentido deixa em aberto. De

---

<sup>17</sup> Para uma reflexão sobre a imaginação como um elemento axial no pensamento de Ricoeur desde a sua filosofia da vontade até a sua abordagem da metáfora e da narrativa pode-se consultar a excelente obra *Imaginação em Paul Ricoeur*, de Maria Gabriela Azevedo e Castro (2002). Na densa obra de Jean-Luc Amalric (2013), *Paul Ricoeur, l'imagination vive: une genèse de la philosophie ricoeurienne de l'imagination*, encontramos um minucioso exame da teoria da imaginação desenvolvida por Ricoeur em sua primeira grande obra filosófica a *Philosophie de la volonté*. Para o exame de como a problemática da imaginação se articula às reflexões desenvolvidas por Ricoeur em sua hermenêutica do si pode-se ler com proveito *Paul Ricoeur: une poétique de la morale*, de Alain Thomasset (1996).

tal forma que, em suma, “imaginar é, em primeiro lugar, reestruturar os campos semânticos” (RICOEUR, 1986, p. 243).

A inteligibilidade dessa dinâmica da imaginação presente no fenômeno da inovação semântica passa pela teoria kantiana do esquematismo. Assim como o esquematismo é um método para dar uma imagem a um conceito, a imaginação acionada pela metáfora — porque é uma operação para apreender o semelhante por uma assimilação predicativa que responda ao choque semântico inicial — também é mais um método do que um conteúdo, cuja essência é dar uma imagem a uma significação emergente. Por isso que, ao invés de uma percepção evanescente, a imagem é uma significação emergente. Quanto ao aspecto não verbal da imagem, (dimensão quase sensorial, na maioria das vezes quase ótica), este se explica devido ao fenômeno de ressonância da significação emergente na experiência da leitura. Como diz Ricoeur (1986, p. 244): “esquematisando a atribuição metafórica, a imaginação se difunde em todas as direções, reanimando experiências anteriores, acordando lembranças adormecidas, irrigando os campos sensoriais adjacentes”.

Contudo, conforme assinala Ricoeur, o papel mais importante da imagem na metáfora não é apenas esse de difundir o sentido nos diversos campos sensoriais, para o filósofo:

uma das funções da imaginação é a de conferir uma dimensão concreta à suspensão própria da referência dividida. A imaginação não se limita a *esquematisar* a assimilação predicativa entre os termos pela sua intuição sintética acerca das semelhanças; nem se limita a *retratar* o sentido graças à apresentação de imagens despertas e controladas pelo processo cognitivo. Pelo contrário, ela contribui para a *suspensão* da referência comum e para a *projeção* de novas possibilidades de redescrever o mundo. A imagem, enquanto ausência, constitui o lado negativo da imagem, enquanto ficção [...] As ficções dirigem-se às potencialidades da realidade profundamente enraizadas, na medida em que estão ausentes das condições reais com as quais lidamos na vida quotidiana sob o modo do controle empírico e da manipulação (RICOEUR *apud* PHILIBERT, 1999, p. 77-78).

Assim sendo, o mais importante é o efeito de neutralização produzido pela imaginação, graças ao qual a dinâmica metafórica é inserida num estado de não engajamento com o mundo da percepção, o que lhe permite abrir e desdobrar novas dimensões da realidade. Estamos aqui diante de um paradoxo: a anulação da percepção permite uma ampliação da nossa visão das coisas, ou seja, a imaginação cria um não-lugar em relação ao real no qual um livre jogo com as possibilidades permite ensaiar ideias e valores novos, enfim, permite ensaiar novas maneiras de ser-no-mundo. Em outros termos, a ação neutralizante exercida pela imaginação é a condição negativa para que seja liberada uma força referencial mais primordial, que nos coloca “na presença de um real imaginário, do mundo da

ficção e da literatura que nos abre, pela imaginação, à constituição de uma referência segunda, indireta ou poética, intrinsecamente ligada ao poder criador da linguagem” (CASTRO, 2002, p. 262). Assim, em virtude do poder da imaginação, tem-se a possibilidade de se fazer a experiência de um referente inédito e escondido sob os escombros do referente empírico. Através da suspensão da referência “real”, ou seja, imediata, ostensiva, direta, a imaginação faz emergir o “ver como” do enunciado metafórico, ao qual corresponde um “ser como” de ordem extralinguística (RICOEUR, 1995, p. 47). Nesse sentido, a anulação da percepção apresenta-se então como condição primeira do alargamento de nossa imaginação para além da esfera do discurso, ou seja, para a emergência de uma função projetiva da imaginação que pertença ao dinamismo mesmo do agir (RICOEUR, 1986, p. 249).

## REFERÊNCIAS

AMALRIC, Jean-Luc. **Paul Ricoeur, l’imagination vive: une genèse de la philosophie ricoeurienne de l’imagination**: Paris: Hermann Éditeurs, 2013.

CASTRO, Maria Gabriela Azevedo. **Imaginação em Paul Ricoeur**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002, 321p.

FRIAS, Lincoln. **A produtividade da capacidade de imaginação em Kant**: as relações entre a “Crítica da Faculdade de Juízo Estética” e a “Analítica Transcendental”. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

HEIDEGGER, Martin. La fundamentación de la metafísica en su originareidad. *In*: HEIDEGGER, Martin. **Kant y el problema de la metafísica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

JAMBET, C. **A lógica dos orientais**: Henry Corbin e a ciência das formas. São Paulo: Globo, 2006.

KANT, Immanuel. Primeira introdução à Crítica do Juízo. *In*: KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade de juízo estética**. São Paulo: Nova Cultural, 1995 (Os pensadores).

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de V. Rohden e U. Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores).

LEBRUN, Jocelyne. Pour une phénoménologie de l’imagination poétique. *In*: **Archives de Philosophie** 51, 1988, p. 195-211.

PETIT, Jean-Luc. "Herméneutique et Sémantique chez Paul Ricoeur". **Archives de Philosophie**, 48, p. 575-589, 1985.

PHILIBERT, Michel. Imaginação filosófica: Paul Ricoeur como cantor de ruínas. *In*: HAHN, Lewis Edwin. **A filosofia de Paul Ricoeur**. Lisboa, Ed. Instituto Piaget, 1999.

RESENDE, Emílio C. Pereira. **A constituição metafórica originária da linguagem e do ser**: uma expansão ontológica da tese de Ricoeur em “A metáfora viva”. 2001. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

RICOEUR, Paul. La métaphore et le problème central de l'herméneutique. **Revue Philosophique de Louvain**, tome 70, p. 93-112, février 1972.

RICOEUR, Paul. Lectio Magistralis. *In*: JERVOLINO, D. **Paul Ricoeur**: une herméneutique de la condition humaine. Paris: Ed. Ellipses, 2002.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. **Du texte à l'action**. Essais d'HerméneutiqueII. Paris: Ed. Du Seuil, 1986. (col. Points. Essais).

RICOEUR, Paul. **Réflexion faite**: autobiographie intellectuelle. Paris: Éditions Esprit, 1995.

SCHALDENBRAND, Mary. “Metaphoric imagination: kinship thorough conflict”. *In*: REAGAN, Charles E. (ed.) **Studies in the philosophy of Paul Ricoeur**. Athens, Ohio: Ohio University Press, 1979, p. 57-81.

SILVA, Anacleto R. da. **Uma estética da linguagem**: leitura de "A metáfora viva" de Paul Ricoeur. 1990. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

THOMASSET, Alain. **Paul Ricoeur**: une poétique de la morale. Leuven: Leuven University Press, 1996.